

Projeto de

Brasília — Vitória será beneficiada, a partir do próximo ano, com um plano do Ministério do Interior que atacará seus problemas de saneamento, água e transportes e que visa melhorar a distribuição espacial da população urbana nacional. O plano é a primeira etapa de uma intervenção integrada do Governo Federal em cidades de médio porte estrategicamente selecionadas, segundo a capacidade potencial das microrregiões em que estão inseridas.

O fortalecimento das cidades de médio porte é considerado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano como meio de solucionar os problemas dos grandes centros urbanos. Isso porque, na medida em que aumentar a renda rural, como sucesso dos programas governamentais a serem executados no campo, maior será o fluxo migratório para as capitais, conforme entendem os membros do CNDU.

Além de Vitória foram escolhidos os seguintes municípios: Campina Grande (PB), Natal (RN), Florianópolis (SC), Juiz de Fora (MG), Montes Claros (MG), Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). De acordo com orientação do CNDU, estas cidades deverão apresentar seus projetos de saneamento, água e transporte e submetê-los ao Ministério do Interior.

REUNIÃO DO CNDU

— O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano realizará na próxima quarta-feira, a sua primeira reunião, sob a presidência do ministro do Interior, Mário Andreazza. Como não existe uma pauta de projetos a ser discutida, os conselheiros farão uma avaliação das primeiras sugestões apresentadas e uma análise da atuação da extinta Comissão Nacional de Política Urbana.

Toda a atuação do CNDU, segundo o ministro Mário Andreazza, deverá orientar-se para a melhoria da qualidade da vida urbana, para a melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas e para a estruturação do sistema de cidades, harmonizado com as diretrizes e prioridades setoriais e regionais do desenvolvimento.

Dentro dos objetivos gerais da política nacional de desenvolvimento urbano é preciso, segundo o ministro Andreazza, modificar-se, inicialmente, a tendência para o desordenado crescimento de alguns aglomerados metropolitanos, que vêm acarretando excessiva concentração industrial, rápida deterioração da qualidade da vida, danos ao meio-ambiente, com destruição da natureza e da paisagem urbana.

O ministro Andreazza destaca ainda a necessidade de aperfeiçoar a legislação sobre desenvolvimento urbano, a ampliação dos recursos públicos destinados ao setor, sobretudo no caso dos municípios, além de uma programação integrada de recursos destinados pelo Governo Federal ao desenvolvimento urbano, sejam as dotações orçamentárias, seja o apoio financeiro oficial.

De acordo com a política de descentralização que vem sendo adotada pelo Ministério do Interior, todos os projetos de desenvolvimento urbano deverão ser elaborados pelos Estados, regiões metropolitanas e municípios, contando a nível regional com o apoio da Sudene, Sudam, Sudeco e Sudesul.

PORTE MÉDIO

Como primeira etapa de intervenção integrada em cidades estrategicamente selecionadas, visando a maior adequação entre a capacidade potencial de microrregiões e a distribuição espacial da população urbana nacional, o Ministério do Interior já definiu o Projeto de Cidades de Porte Médio, que será executado a partir de 1980.

Fazem parte do CNDU representantes dos Ministérios do Interior, Planejamento, Fazenda, Transportes, Indústria e Comércio, BNH, EBTU, além do ex-prefeito de Curitiba, Saul Raiz, do ex-presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba, Ludomir Antônio Ficinski Dumin, e do coordenador do Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte, Ney Pereira Werneck, nomeados pelo presidente João Baptista de Figueiredo.

Cidades de Porte Médio inclui Vitória